



ALAMO
SEGURANÇA
MAIS DE 20 ANOS PROTEGENDO.
alamoseguranca.com.br

ILUSTRÍSSIMO SENHOR Bruno Bulhões de Lima
PREGOEIRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA CREMERN
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO RIO GRANDE DO NORTE

REF.: Pregão Presencial Nº005/2016 - CREMERN

ÁLAMO SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA, CNPJ nº 00.149.706/0001-01, por seu procurador *infra* assinado, vem, tempestiva e respeitosamente, perante Vossa Excelência, com fulcro no artigo 41, §2º da Lei Federal nº 8666/93 e demais alterações posteriores, apresentar **IMPUGNAÇÃO** ao Edital referido.

Inicialmente, arguimos a tempestividade do presente ato visto que foi enviado via e-mail na atual data 04/10/2016 (terça-feira). Porquanto, não decorrido o prazo de 02 dias úteis antecedentes ao certame conforme previsão legal.

Requer-se, pois, que sejam considerados por esta Comissão os pleitos aqui suscitados e, em caso de improcedência, encaminhado o presente apelo (razões em anexo) à autoridade superior.

Ademais, requer que todas as informações dimanadas deste Recurso sejam devidamente encaminhadas para os contatos diretos da empresa Recorrente:

thaisa@alamoseguranca.com.br

Nestes termos,
Espera deferimento.

Natal (RN), 04 de Outubro de 2016.

THAÍSA ROCCO DE MENEZES
Representante Legal
Álamo Segurança Eletrônica LTDA



ALAMO
SEGURANÇA
MAIS DE 20 ANOS PROTEGENDO.
alamoseguranca.com.br

RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

Excelentíssimo

Sr. BRUNO BULHÕES DE LIMA

Pregoeiro da comissão permanente de licitação - CREMERN

Este Conselho fez publicar o Edital de Pregão Presencial nº 005/2016, tipo **menor preço por lote**, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para *“Prestações de Serviços de Vigilância Humana armada, Segurança Eletrônica e de Monitoramento por câmeras para o fornecimento, implantação e manutenção de um sistema integrador composto de equipamentos de vigilância através de câmeras e sistemas de alarme integrados nas dependências do Edifício Sede do CREMERN e do Memorial da Medicina mediante as condições estabelecidas no Termo de Referência do Edital e seus anexos”*.

A empresa recorrente, especializada que é em vigilância eletrônica com monitoramento, com larga experiência na prestação destes serviços para órgão públicos e privados, vem questionar a ausência de itens essenciais no presente instrumento editalício.

DA OMISSÃO DE REQUISITO OBRIGATÓRIO

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, através do Acórdão nº 1.753/2008 - Plenário (em anexo), publicado no DJU de 22/08/2008, entendeu que *“... a atividade de instalação de equipamentos de segurança eletrônica é serviço de engenharia. SUA EXECUÇÃO REQUER A PRESENCIA DE UM PROFISSIONAL (ENGENHEIRO) REGISTRADO NO CREA e carece de projeto específico, também executado por um engenheiro...”* (grifos nossos), decidindo, ao final, por orientar os órgãos/entidades integrantes do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais a, dentre outros, *“observarem que os serviços de instalação de circuito fechado de TV ou de quaisquer outros meios de vigilância eletrônica são serviços de engenharia, para os quais devem ser contratadas empresas que estejam registradas no CREA e que possuam profissional qualificado em seu corpo técnico (engenheiro), detentor de atestados técnicos compatíveis com o serviço a ser executado.”*

Contudo, não é o que ocorre no Edital, precisamente no **item 10.1.4 e 10.1.5** que trata da QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, em que não se exige acervo técnico acompanhando o



ALAMO
SEGURANÇA
MAIS DE 20 ANOS PROTEGENDO.
alamoseguranca.com.br

atestado de capacidade; nem tampouco se exige a presença de um responsável técnico (engenheiro eletricista) no quadro da empresa.

O Edital do certame falha em não exigir nos documentos de Habilitação do licitante a **Certidão de Acervo Técnico (CAT)**. Visto que este é um documento legal que comprova toda a experiência adquirida pelo responsável técnico da empresa ao longo do exercício da sua profissão, sendo composta pelas Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) devidamente registradas no CREA. **É sabido que o atestado de capacidade técnica da empresa só tem validade se acompanhado da respectiva certidão de acervo técnico do CREA**, onde se atesta que a empresa executou serviço com característica, quantidade e prazo pertinentes e compatíveis com o objeto da presente licitação.

Vejamos o que diz a Lei 8.666/93:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á:

§1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do “caput” deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por **atestados** fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, **devidamente registrados nas entidades profissionais competentes**, limitadas as exigências a: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

I - **registro ou inscrição na entidade profissional competente;**

II - **capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente**, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos; (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994).

Além disso, deduzimos do item I que o **licitante, bem com seu responsável técnico, devem possuir registro na entidade profissional** competente de seu domicílio de origem, leia-se CREA.

A exigência da Certidão de Acervo Técnico também é corroborada por decisão do CONFEA - Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Veja o que diz a Resolução nº 1.023, de 30 de maio de 2008 em seu Artigo 69:



MAIS DE 20 ANOS PROTEGENDO.
alamoseguranca.com.br

“§ 2º O atestado somente constituirá prova de capacitação técnico-profissional em processo licitatório se acompanhado da respectiva CAT. (Certidão de Acervo Técnico);

§ 4º O atestado somente constituirá prova de capacitação técnico-profissional para a pessoa jurídica em processos licitatórios caso o responsável técnico indicado esteja ou venha ser vinculado como integrante de seu quadro técnico.”

Vejamos o exemplo do que pede um Edital para os serviços de instalação de sistemas de segurança eletrônica dos Correios do Rio Grande do Norte (**Edital do Pregão Eletrônico 9000010/2014**), em consonância com o que exige a Lei, no item *Exigências para Habilitação*:

“d) Certidão de registro da licitante no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, que comprove sua habilitação para o exercício das atividades relativas aos serviços objeto do presente Edital, na qual conste nominalmente seu(s) responsável(eis) técnico(s);

e) Para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional, o licitante poderá indicar profissional não constante na Certidão referida acima, desde que devidamente habilitado, mediante a apresentação de CAT - Certidão de Acervo Técnico, na qual conste a execução de serviços similares ao do objeto desta licitação. Neste caso, o licitante não se desobriga da necessidade de manter na sua Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica do CREA, profissional de formação correspondente à do detentor do Acervo Técnico apresentado;

f) Apresentar Certidão de Acervo Técnico, fornecida pelo Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia - CREA, ou atestado devidamente registrado no referido Conselho, onde se comprove a execução, pelo(s) profissional(is) indicado(s) pelo licitante, de serviços de características semelhantes às do objeto da presente licitação;

*h).Apresentar Comprovação do vínculo do licitante com o responsável técnico indicado na alínea “e”, bem como com o(s) detentor(es) do Acervo Técnico indicado(s) na aliena “f”, através da juntada de cópia autenticada da “**carteira de trabalho**” (página da identificação do empregado e dos*



dados do contrato de trabalho), no caso de empregado(s); através da cópia autenticada do contrato social ou certidão atualizada da Junta Comercial, no caso de sócio(s); e ainda, por meio de cópia do contrato de prestação de serviços, devidamente assinado pelas partes e com firmas reconhecidas, no caso de profissional(is) autônomo(s)."

Nos itens acima transcritos, o referido Edital contempla inteiramente todas as exigências legais no tocante à habilitação técnica para serviços de segurança eletrônica. Podendo, assim, servir de exemplo para o saneamento da falha existente no Edital do Pregão 005/2016 aqui impugnado. Em suma, acrescentariam as exigências de (1) comprovação de responsável técnico (via documentos elencados no item 'h' supracitado), (2) comprovante de registro de quitação do profissional no CREA, (3) atestado de acervo técnico acompanhado do respectivo atestado contendo execução de serviço compatível ao objeto licitado.

É oportuno mencionar que a contratação de uma empresa não cadastrada no CREA e a não anotação da obra de engenharia que engloba os serviços do Edital em epígrafe pode ocasionar denúncia e multa a referido Conselho. Nessa situação, tanto a licitante contratada quanto o órgão contratante são passíveis de sanção pela entidade fiscalizadora. Sendo assim, não restam dúvidas que as licitantes devem ser registradas e estarem quites com o Conselho Regional de Arquitetura e Engenharia do Estado a que pertencer.

DO PEDIDO

Pelo exposto, requeremos:

- 1) Que se digne a ilustre Comissão de Licitação proceder com a alteração do edital, adequando-o ao aqui exposto e **adicionando as exigências de qualificação técnica em pauta** por ser a única forma de se evitar a ilegalidade e consequente nulidade do certame;
- 2) Requer ainda, que a presente Impugnação **seja enviada a instância superior, em caso de indeferimento** dos pleitos formulados pela Impugnante;
- 3) E que a presente seja **julgada de acordo com as Legislações pertinentes à matéria.**

Nestes termos,



ÁLAMO
SEGURANÇA

MAIS DE 20 ANOS PROTEGENDO.
alamoseguranca.com.br

Espera deferimento.

Natal (RN), 04 de Outubro de 2016.

THAÍSA ROCCO DE MENEZES
Representante Legal
Álamo Segurança Eletrônica LTDA

Matriz

Av. Coremas, 558, Centro
João Pessoa – PB • CEP 58013-430
(83) 4009 2550 • FAX: (83) 4009 2551

Filial

Rua Saturnino Pessoa, 13, Candeias
Jaboatão dos Guararapes – PE
(81) 3203-3177